

O estudo da economia urbana é de vital importância para a compreensão dos fenômenos típicos de nosso sistema de produção. É possível atestar no nível da escala urbana manifestações sociais de toda sorte, políticas, econômicas ou culturais, que contribuem para a construção de um quadro explicativo da realidade que nos cerca.

É justamente pela importância que detêm as manifestações urbanas, como escala primordial e imediata de organização da produção e, de forma mais ampla, da vida social, que se faz necessário elencar e sistematizar abordagens que possam extrair o máximo dos seus estudos. Assumindo a complexidade do sistema econômico e social urbano, procura-se oferecer uma perspectiva de enfrentamento das questões atinentes ao trabalho, moradia, organização e demais carências patentes de economias subdesenvolvidas, como a brasileira e com manifestação clara em seu sistema urbano.

Sobre o estudo do sistema urbano brasileiro, aponta-se a necessidade de se compreender seu processo de criação e estruturação como passo inicial para qualquer análise mais específica. Para o autor a maior dificuldade reside na compreensão das transformações ocorridas na relação entre padrão de acumulação e divisão social do trabalho. A industrialização experimentada pelo Brasil a partir da década de 1930 foi acompanhada por forte processo de urbanização. Não se trata de coincidência ou de algo gratuito. O espaço de acumulação da indústria é essencialmente a cidade, que ganha cada vez mais importância à medida que novos ramos e unidades se instalam no país, deslocando famílias, trabalho, conformando aglomerações, alterando a relação campo/cidade, enfim, a divisão social do trabalho.

É curioso notar que este é um processo eminentemente dialético, pois ao mesmo tempo “pasteuriza” (homogeneíza) o espaço, trazendo determinantes semelhantes do paradigma industrial a diferentes locais, mas também abre margem para diferenciações e inovações com soluções inusitadas para problemas específicos, como o de moradia, transporte público e trabalho, para citar alguns.

A problemática da escala, fundamental nos estudos regionais e urbanos, acaba adicionando novos elementos de complexidade a esta discussão já notoriamente abstrusa. Fenômenos concretos e perceptíveis como a pobreza, a especulação, o trânsito e os efeitos das enchentes possuem determinações de natureza diversa. Os agentes sociais, é sempre bom lembrar, perseguem interesses específicos de maneira distinta e com diferentes capacidades de transformação da paisagem urbana. A escala tem sua importância no fato de que vários fenômenos que se manifestam no urbano possuem determinações advindas de outras escalas, como a estadual, regional, federal ou ainda

internacional. A principal consequência disto é a impossibilidade teórica e prática de se solucionar os problemas da escala urbana isoladamente, dentro das possibilidades encerradas no próprio espaço urbano, mesmo que seja possível atestar nesse nível as heterogeneidades presentes na nossa economia como um todo.

O enfrentamento das principais deficiências urbanas no país passa necessariamente pela compreensão do modelo de cidade contemporâneo e sua gestão. A cidade-empresa-mercadoria emerge como forma de gerenciar os problemas urbanos a partir da retomada de princípios liberais nos países centrais na década de 70 e instala-se como realidade no Brasil após a redemocratização ainda nos anos 80. Argumenta-se que as concepções que fundamentam este modo de enxergar a cidade possuem limitações proibitivas para o devido enfrentamento das mazelas urbanas, especialmente em países de realidade subdesenvolvida.

Baseada em preceitos neoclássicos, a abordagem adotada pelo *mainstream* artificialmente planta no espaço urbano uma harmonia e coesão dificilmente comprovadas em realidade, dotando-o de poder endógeno, como se fosse possível descolar-se não apenas dos determinantes sociais mais gerais, mas também de sua inter-relação com as outras escalas pertinentes (como a federal ou a estadual no caso brasileiro). Num mundo globalizado, as cidades relacionar-se-iam diretamente com o restante do mundo, ou ainda com outras cidades, sem explicitar as devidas e necessárias intermediações. No plano das ações, o modelo de gestão dessa cidade incorpora, destarte, elementos da concorrência inter-capitalista. Cada centro urbano concorre com o seguinte por investimentos privados. É difícil acreditar que esse tipo de racionalidade, quando tomada no agregado de um país, resulte em efetivos avanços nas questões até aqui levantadas. Ademais, mesmo quando preferimos observar a dinâmica intra-urbana ficam explícitas as limitações dessa abordagem, em que o cálculo de benefícios e custos pode ainda obscurecer a essência do problema: o acesso e melhoria das condições de vida da maioria da população.

O que parece ser necessário é um conhecimento mais profundo de nossas próprias classes sociais e de seus modos de operação, para que se logre encarar os reais fatores por trás da exclusão profunda que marca nossa sociedade e, por consequência, nossas cidades, concretizando acumulação e miséria simultaneamente e em diversas escalas. Isso só é possível através de uma visão urbana que traga em si mesma a noção de conflito, luta, embate e não concepções voluntaristas com construções teóricas que edificam uma cidade em harmonia e acessível a todos, porém longe de ser real.